



Editais nº 1099074
Disponibilização: 17/09/2024
Publicação: 17/09/2024

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA DO JABAQUARA

Gabinete do Subprefeito

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 2314, - Bairro Jabaquara - São Paulo/SP - CEP 04308-001

Telefone:

PROCESSO 6042.2022/0003572-4

Ata SUB-JA/G Nº 110634619

PROCESSO SEI Nº 6042.2022/0003572-1

CONSELHO REGIONAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CULTURA DE PAZ - JABAQUARA Biênio 2022/2024

ATA REUNIÃO ORDINÁRIA - JULHO/2024

Assunto: Reunião Ordinária do CADES-JA

Data: 18/07/2024

Horário: 19h30 às 22:00h

Ocorrida em ambiente virtual: plataforma Teams, das 19h às 20h

Participantes:

Mauricio Bousi – arquiteto da Subprefeitura Jabaquara

Carlos Alberto da Silva Filho - Secretaria do Verde e Meio Ambiente – SVMA Andre Bernardino – Conselheiro CADES JA

Mauro Silva – Conselheiro CADES JA Marlene E. Bicalho - Conselheira CADES JA Marianne Branco - Conselheira CADES JA Marcos Manoel - Conselheiro CADES JA Luciano Matias - Conselheiro CADES JA

PAUTA

- Aprovação das Atas maio/junho
 - Apresentação do projeto executivo pelo arquiteto Maurício Bousi – fiscal da obra da área verde da rua Soares de Avelar – “Praça dos Laguinhos”.
 - Obra r. Genaro de Carvalho – vistoria e desdobramentos.
- Outros assuntos/informes:
- Material utilitário gerado com podas – destinatários.
 - Informe sobre o andamento do processo de manejo dos eucaliptos da EMEI Cruz e Sousa apresentado ao CADES em fevereiro de 2024. Cobrança de resultado de reunião entre SVMA e Subprefeitura e deliberação do pleno sobre eventual ofício.
 - Planejamento e metas da Subprefeitura nos temas socioambientais e sustentabilidade.

Expediente:

Reunião iniciada pelo ponto área verde da rua Soares de Avelar – “Praça dos Laguinhos”. **Mauricio** - Arquiteto responsável pela obra, iniciou a reunião compartilhando as plantas baixas do projeto, iniciando pelo programa previsto no projeto.

Mencionou que a princípio o projeto original previa o aumento de ciclofaixas, as quais iriam até o final da praça, mas afirmou que uma demanda da própria população, que sinalizou que a região havia muito

assaltos, por bicicletas e coisas do gênero, pediram que não houvesse a continuidade da ciclofaixa, e ao mesmo tempo também não havia viabilidade técnica pois o terreno tem uma boa parte que sofre com alagamento, o que tornaria inviável ocupação com mais trechos de ciclofaixa.

O que foi previsto para o local: um bicicletário no início da praça a revitalização e o aumento da ciclofaixa sendo está mais focada para o público infantil, teria um retorno no perímetro da faixa, um aumento da quadra para medidas oficiais, aumento playground, uma nova área de ginástica, reforma do cachorródromo, área com mesas e cadeiras, alguns equipamentos de ginástica, reforma do espaço FUMAI, onde já anteriormente foi feita uma reunião há dois anos atrás com (Marlene, Maurício, Mariana, Carmen), existia uma proposta e a necessidade de falar com as pessoas interação como a população local, FUMAI, responsáveis pelos lagos, são 2 lagos, para entender melhor a questão dos dois lagos, mas afirmou não ter havido tal interação, naquela oportunidade.

Descreveu a horta prevista no projeto, o qual “passará por atualização”; deixa expressa que a horta ficará próximo à avenida, área que recebe mais sol. Citou a troca de calçamento ao longo do percurso, com intertravado para melhor absorção água da chuva, exceto em um trecho, cujo acabamento foi feito em concreto, ressaltando as características do espaço, deixando uma interligação para os usuários duas opções de caminhar por dentro das praças quando no seu perímetro, deixando este eixo de interligação entre as pistas.

Marlene – “Está pista em azul o que é Mauricio?”

Mauricio – A pista em azul é para bicicletas.

Mariane – Este era o traçado original?

Mauricio – Não, este é traçado novo, o original ia até o final da Soares de Avellar, que foi cancelado por falta de viabilidade e porque os munícipes não queriam esta pista. Reiterou o problema da falta de segurança alegado pelos munícipes.

Marlene – Seria aquela parte bem alagada não é isso?

Mauricio – Isso, não teria viabilidade e também sobre a questão de assaltos lembrando quando há trânsito ali por ser um lugar mais tranquilo fica fácil ação de criminosos e para não virar uma possível rota de fuga também para assaltantes, os munícipes pediram que não tivesse a ciclofaixa. Lembrou que os principais usuários da praça são pessoas fazendo caminhada, como idosos, jovens, portanto não fazia muito sentido, e foi replanilhado e colocado o calçamento que não existia dentro do projeto.

Na sequência houve a demonstração do espaço onde estão os lagos, no qual foi previsto um deck de madeira, sem concreto, para continuar havendo absorção de água pelo solo, foram feitas contenções dos lagos em si, pois estes lagos não são oficiais; relatou que os lagos foram feitos pela comunidade, ressaltou a existência de processo anterior que pede que os mesmos fossem aterrados, pelo fato de serem intervenções feitas pela comunidade.

Relatou que nesta semana teve um problema, pois um morador que escava os buracos, mexe nas pedras, mexe nos lagos, retirou os peixes e foi solicitado a intervenção pela Guarda Civil Metropolitana (GCM), pelo fato o morador está mexendo em área pública sem autorização, é um crime ele fazer o que quer. Ele foi na Subprefeitura e alegou ser ele o autor do projeto dos lagos, apareceu esse “dono dos lagos”, que não existia, só que dessa vez chamou a GCM e a

pessoa se evadiu do local. Admitiu serem os lagos parte de um processo cultural deles, o certo seria obedecer ao que diz o processo anterior, que a Secretaria mandava fechar por não ser oficial, por não ser nem SVMA e nem da Subprefeitura. Admitiu que os lagos possuem um valor afetivo para a comunidade e por isso foram feitas contenções para melhorar a questão de paisagismo e fazer um espaço de contemplação, com bancos, deck de madeira, gradil com tela em cima, para se tiver peixes protegê-los (retirados pelo munícipe citado), antes era uma tela de obra para as garças não pegarem o peixe, e um espaço de convivência. Ao longo do perímetro há um pergolado, com área de descanso, mesas e cadeiras, mais um playground no meio do percurso e no final outra área de ginástica e mais bancos ao longo da praça. Sobre os bancos, afirmou estar tendo problemas com a comunidade, pois parte é contra, pela presença de moradores em situação de rua. Outros solicitaram bancos. Os bancos foram comprados e fazem parte do projeto. Existe este impasse.

Marlene - Perguntou o que era o círculo cinza em um ponto da planta do projeto.

Maurício – Aqui tem uma área ajardinada que vai ser mantida, com refazimento de caminhos, nenhum exemplar arbóreo foi retirado da área a ideia não é esta. Foram retirados dois ficus do lado da quadra, pois estavam em situação de queda, a retirada foi feita até pela prefeitura. O restante foi mantido, existe um cuidado para que as árvores não ultrapassem o espaço pois as raízes das árvores já estão expostas em todo o perímetro. Os locais que foram concretados: disse já existia concreto, era área de academia, foi feito um nivelamento da calçada. Estão sendo colocados equipamentos novos.

Marianne – Existe uma base de concreto para esta bases impermeáveis.

Maurício – Tem uma parte que onde existe concreto, pois onde tem brinquedo há necessidade do concreto para fixação dos brinquedos e equipamentos de ginástica, por segurança, mas terá em alguns locais piso emborrachado. Teremos um acesso para horta, houve questionamento por parte dos moradores quanto ao aspecto estético da horta. Porém ainda falta plantio e a horta foi uma solicitação da comunidade.

Carlos - Eu me incluo no time do município, ela chamou mais atenção do precisava, pintar de tinta de verde inclusive foi o “coroamento”.

Maurício – É que na verdade ainda precisa finalizar os acabamentos; vai ter aqui paisagismo em volta vai ter dentro aqui as plantas então no primeiro momento parece muito estranho.

Carlos – Pesado né.

Maurício – Pois é inclusive nos estamos tendo um problema na cidade devido a presença de caracóis a própria Zoonoses indica que as hortas precisam ser suspensas para evitar eles nos canteiros com caixas, só por captação, e aqui tem tudo pra ter isso, água, sombra, para evitar isso. Num primeiro momento não dá a boa impressão, mas com plantio e paisagismo fique melhor.

Carlos – Talvez fosse desnecessária a pintura feita, se fosse da cor concreto talvez impactasse menos.

Maurício – Aqui temos as pedras que serão colocadas do lado do lago mais gradil que estará sendo colocado, inclusive este cara até acabou esvaziando o os lagos.

Marlene – você está passando as fotos?

Maurício – Estou

Marlene – Pois para mim não está aparecendo nada, está parado na planta.

Maurício – vocês estão vendo as fotos?

Carlos – Só Planta

Maurício – Vejam se está aparecendo as fotos

Marlene - Não

Marlene - Enquanto você está tentando compartilhar, iremos deliberar alguns pontos e questionamento CADES tá bom.

Maurício – Está bem

Marlene – Tivemos esta interface com vocês há mais ou menos dois anos atrás. Na época em que estivemos na Subprefeitura, preparamos um relatório reconhecendo o valor daquelas ações locais para nós, que até prova em contrário, aquelas são nascentes e é necessário um parecer técnico com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente das águas para sanar este ponto. Por se tratar de assunto ligado ao meio ambiente merece essa avaliação, independente das intervenções; isso é matéria da Secretaria. O que nos chama atenção na Subprefeitura do Jabaquara em geral é que alguns projetos de intervenção urbana poderiam ser discutidos com a sociedade civil e este foi o nosso intuito: certo ou errado nós estávamos lá para discutir qual a melhor ação/projeto para o local.

Então eu te pergunto será que os moradores, adultos, crianças, usuários, será que precisavam deste *upgrade*, pois os moradores locais já tinham esta área como parte da sua rotina. Eu acho que houve um certo incremento, se for fazer julgamento do projeto, há várias coisas a dizer. Não é nossa pretensão fazer

um olhar crítico sobre o projeto a essa altura. Há falhas de comunicação com a Subprefeitura. Para começar a pessoa que está lá escavando, manejando os laguinhas. Entendemos que o Poder Público estava fazendo obra, mas era ele que escavava.

Maurício – Há 2 anos atrás, na visita feita pela Marlene, Marianne e Carmen, citou que na época não havia recursos para estas intervenções. Talvez um dia tivesse verba para essa praça. Foi levantando que o CADES precisava fazer a interlocução para saber quem de fato era o responsável pelo espaço, não seria papel da Subprefeitura. E vocês perguntaram se o CADES teria que fazer esta interlocução junto à Sociedade Civil. E que o CADES trouxesse para a Sub tais informações, não aconteceu, quais as melhorias ...

Marlene – Não aconteceu não foi porque não tentamos. E sobre as intervenções feitas agora no espaço, notamos impermeabilização desnecessária próximas a colo de arvores, tem algumas questões sobre a horta, qual a pretensão da prefeitura? Quem fará a manutenção dela? Será entregue à população, é área cercada? Achou que falta sinceramente um discurso ligado à vida das pessoas, ao cotidiano das pessoas. Eu sinto falta de um diálogo para valer, independente se na época havia recursos ou não, é o nosso dinheiro. Temos que ser envolvidos como representação da Sociedade Civil.

Maurício – sim, mas a Sociedade Civil acabou respondendo, pois tudo isso que a gente faz temos um pedido, quando a gente escolhe uma praça, um local de intervenção, a gente tem pedido, não é escolhido aleatoriamente; temos vários 156 abertos solicitando reparo na praça, reclamando da questão dos lagos, sobre problemas com iluminação, da contenção, da drenagem e da água que invadia a pista. Salientou que o CADES faz dessa forma, parte mais ativa, mas são vários os canais onde a sub também pode atender à solicitação.

Marlene – Enfatizou sobre a forma como em que a verba foi empregada, por que não fazer soluções ecológicas, é um gasto muito grande, grossas camadas de concreto realizadas

cobrindo o solo natural e como o recurso está sendo utilizado e a preocupação com a questão ecológica do projeto, poderiam haver ações ambientalmente mais corretas.

Maurício – afirmou ser a favor de coisas que são mais sustentáveis, materiais...

Marlene – Contenções de pedra ao redor, foi feito fundação com pedras, não são soluções exatamente sustentáveis.

Maurício – Salientou o fato das manutenções, que exigem obras mais robustas para resolver os problemas. Disse ser diferente de iniciativa privada, que tem programa de manutenção, que de 3 em 3 meses refaz aquilo. Lembrou dos aspectos do terreno, pela topografia ali é uma descida, quando se fala de contaminação, tem-se outros fatores, há fossas, outras coisas, por mais que tenham nascentes, se fizer análise da água, ela não será potável. A partir da hora que se faz contenção (refere-se a muretas de pedras brutas executadas com ferragens em alguns pontos), poderia ter obedecido um processo de tampar os lagos. E não é a ideia. Os espaços são mais de contemplação do que uma área de preservação. Se fosse uma área de preservação ela deveria estar fechada, ela não deveria ter nenhum tipo de equipamento.

Marlene – Maurício, me permita discordar de você. Esse processo de urbanização que vivemos está sendo revisto pelas maiores cidades do mundo.

Maurício – Sim...

Marlene – Não é porque a gente fez errado que vai continuar no erro, rios canalizados, etc. **Maurício** – Mas quando a gente fala de descontaminação a primeira coisa que vem é infraestrutura urbana. Citou o córrego Águas Espriadas que começa com de uma fonte, uma bica limpa e ao decorrer do leito, pela Alba inteira, vai sendo poluído e vira um esgoto. Tem solução: fazer captação, infra urbana, tratamento de água e esgoto, como feito nos países desenvolvidos, não é o caso de São Paulo, que cresceu desordenadamente.

Marlene – Houve licenciamento prévio junto a Secretaria do Verde e Meio Ambiente?

Maurício – Lá no cadastro não consta com área de preservação.

Marianne – Calma aí que este assunto é importante eu acho que podemos dar fala para o Marcos e eu falo na sequência pois este ponto é bastante questionado.

Marcos – Boa noite, iniciou expressando com algumas perguntas antes de iniciar se preocupou em à reunião está sendo gravada até agora.

Luciano – Confirmou o registro em áudio para elaboração da ata posteriormente.

Marianne – afirmou que o Mauro também faz os registros para ele ficar tranquilo quando a isso.

Marcos – “Ótimo, pois as perguntas que irei fazer gostaria que fossem respondidas, mesmo que posteriormente, pois haverá a necessidade de pesquisa e consulta sobre o tema levantados, como respostas oficiais ao CADES.

Primeira pergunta sobre o processo de escuta e consulta a comunidade, pois você disse por mais de uma vez que os moradores pediram essa ou aquela demanda, como foi feito este processo, foi feito reuniões, qual foi o processo de consulta? Foi citado reclamações via 156, então a demanda via este canal é importante, mas não é um processo participativo e de consulta à comunidade. Quantos foram os registros no 156? Se fosse possível quantificar este processo, encaminhe para o conselho esta relação, para que conselho pudesse leitura dessas demandas perante a sociedade, qual foi a proporção.

Segunda pergunta seria sobre as nascentes; há uma constatação, uma evidência de que estamos diante de nascentes. Se são olhos d’água ou nascentes, essas águas precisam ser cuidadas, pois é isso que diz os Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS), qualquer plano razoável de gestão ambiental, gestão da cidade que onde tem água, esta precisa ser cuidada.

Quais as providencias que a subprefeitura tomou além da proposta de revitalização urbanística, expando minha pergunta para SVMA, quais as providências de ambos para que as nascentes os olhos ou nascentes sejam cuidados, preservados se estiverem contaminados sejam limpos e incorporados ao conjunto da água da cidade, visto a importância que o tema tem, haja vista a crise hídrica e o que farão para cuidar.

Terceira questão: sobre o processo que você mandou fechar os lagos, peço que encaminhe ao CADES que processo é esse, de onde partiu esta solicitação, quem é responsável, pois está no debate da questão anterior, dadas as diretrizes das ODS, da Prefeitura e outros, me parece absurdo tanto que fiquei curioso para conhecer e entender de onde partiu isso. Fico feliz que isso não aconteceu, o servidor não deve cumprir ordens irregulares. Queremos conhecer essa ordem.

Quarta questão: acredito eu que já foi respondida mais só para sanar caso o colegiado tenha dúvida sobre isso, você diz que não houve não há impacto ambiental pelas intervenções?

Quinta e última questão - Você (Mauricio) falou sobre uma cidade desordenada, pior que termos uma cidade desordenada é termos uma cidade desgovernada, pois uma reunião do CADES que não tem um representante do governo local, pois você não veio representar a Subprefeitura, tendo em vista a importância dos temas aqui discutidos, e esse é um tema sério, com o qual o CADES vem se comprometendo e se empenhando, é uma falta de compromisso com o colegiado e até mesmo com a cidade a falta dos representantes da Subprefeitura nesta reunião e a forma como tratam o CADES é uma cidade desgovernada, que precisa de mudança.” **Mauricio** – Com relação a esta última pergunta afirmou que o CADES pode reportar ao próprio subprefeito, pois ele tem acompanhado toda as reuniões do CADES e pode receber a insatisfação da ausência hoje.

Quanto a este processo afirmou que existem duas situações diferentes nele uma coisa é ter um lago, espaço ou até mesmo uma represa que já existe, outra coisa é as pessoas irem lá e comecem a fazer buracos aleatoriamente, irá minar água visto que o território ali é propício para esta emissão desse olho d’água.

Citou a região norte, que banha o rio Tietê, da Vila Mara à Freguesia do Ó, são solos alagados. A água da cidade tem que ser preservada, mas existem outras intervenções pra chegar nesse ponto. Pontuou que o Córrego da Água Espreada é muito mais importante que a praça Soares de Avellar. O córrego nasce de fonte limpa e ao longo do seu percurso é contaminada e não há menção dele junto a conselho. É um volume de água mais importante e não vejo nenhuma intervenção deste Conselho neste outro local. Pra onde vai o esgoto? A questão de água é ampla e tem que estar infraestrutura primeiro, há um todo ao

redor e inclusive a comunidade. É importante que a Secretaria do Verde verifique isso, se a água tem que ser preservada, talvez não tivesse que ser um lugar aberto.

Marianne – Achou importantes as respostas das questões de o Marcos virem de uma forma oficial. Abriu para o Marcos complementar.

Marcos – “Entendo seu ponto de vista, porém eu fiz um conjunto de questões, Maurício não tem todas as respostas, mas gostaria que fosse respondida por escrito para o conselho posteriormente”.

Marianne – “Os pontos que eu coloco vem de encontro e alinhados com os do Marcos, questiono a questão da participação, você (Maurício) fala de um histórico de processo de interlocução com a comunidade que vem acontecendo e indago mais uma vez o porquê de o CADES não estar envolvido nisso, sendo que este assunto foi apresentado a dois anos atrás pelo conselho nós sempre tivemos interesse naquela área; se o Ricardo como representante do governo local e interlocutor entre o conselho e o subprefeito, assim que houve a possibilidade da verba para intervenção naquela área este assunto deveria ter sido trazido ao CADES, pois já constava na pauta, poderia ser integrado à nossa pauta pois ele sempre está lá aguardando as deliberações necessária a ele. E não ser desenvolvido em paralelo sem que o CADES tivesse sido consultado. Tanto que estamos encontrando hoje uma série de questões, problemas, de questionamento sobre a condução, proposta e a execução do trabalho que estão aqui neste conselho. Deixo aqui meu total desgosto em relação a forma que o processo está sendo conduzido. Não entendo por que isso deixou de passar pelo conselho em algum momento e mesmo sabendo da questão ambiental do local, mesmo que tardiamente, este processo não tenha sido colocado para o CADES, que deveria ser convidado a participar, eventualmente no trato com os moradores, “você não querem participar?”, isso é muito delicado, complicando, estamos voltando e questionando processos que podiam ter sido levantados anteriormente, traz problemas de percurso. Isso atrapalha o processo e deixa uma situação muito ruim, pois o Conselho poderia ter contribuído de tantas formas. E isso não está acontecendo.

Sabemos que amanhã não será feita outra intervenção e o local é ambientalmente delicado. E questiono mais uma vez o porquê CADES não foi envolvido e como está sendo feita a comunicação junto à comunidade. Quem são esses representantes da comunidade, ouvidos e segundo ponto, eu acho muito importante destacar que a questão das águas não pode ser tratada como está sendo tratada aqui, Maurício, você é arquiteto, conhece os processos pela sua posição e formação, e como servidor e por estar em órgão público você sabe como são as questões de aprovação, no âmbito municipal, estadual e até federal. A gente sabe o que está acontecendo ali, vocês estão sendo infringindo normas de proteção ambiental.

O Carlos pode entrar aqui e colocar de forma correta e me corrigir se tiver algo fora do contexto, não estou dizendo que as intervenções feitas anteriormente estavam corretas também. Foram feitas intervenções em áreas de nascentes, não estão mapeadas como você falou, de fato não estão, porque originalmente elas não eram naquele local, precisa-se levar em consideração que a intervenção urbana neste ambiente fez com que os recursos hídricos e todo o sistema que ali acontecia e abastecia o córrego Águas Vermelhas que passa embaixo da Bandeirantes, que é o córrego principal, mudou e a consequência foi o aparecimento de afloramentos em outros locais que não eram os originais daquela bacia. Olhando pela CETESB, que é a área que lido mais, eu sei que para vocês o licenciamento é um pouco diferente, aquela área é considerada área de preservação permanente e tem que ser tratadas como tal; é sabido que as intervenções da comunidade possam ter infringido isso, mas elas eram de aspecto permacultural, com aspecto diferente das intervenções de infraestrutura cinza que estão sendo feitas agora nas obras, questiono essa condução, queremos entender como este processo acontece para poder entender melhor um projeto em com uma área de impermeabilização acrescida que é muito grande, ainda mais onde está aparecendo este afloramento. Deveria ter um incentivo um plantio para restabelecimento deste ecossistema junto aos afloramentos e não impermeabilizar, para não causar dano maior a esses pontos de afloramento. São coisas delicadas que precisam ser tratadas com mais atenção.”

Mauricio – “Quanto à questão do CADES houve o entendimento que não havia mais interesse em participação em ações neste espaço”.

Marianne – “Não é verdade, gostaria que o Ricardo estivesse presente, pois este assunto estava em nossa pauta como outros sempre justamente para que houvesse a retomada assim que possível”.

Maurício – “Tanto que após a primeira interlocução sobre o tema eu e a Carmen ficamos no aguardo dessa devolutiva, que não ocorreu.”

Marlene – “Foi a única reunião, quando sentamos lá fomos indagados pela Carmem sobre os laguinhos com um “você sabe que isso é crime ambiental, né”? Foi uma postura antipática

conosco porque ela tinha uma pilha de informações que não tínhamos, foram feitos questionamentos sobre a legitimidade ou não do tema com questionamento de itens como se estivéssemos falando verdadeiros absurdos. Aquela foi a única oportunidade de conversa que tivemos. “

Marianne – “Só um momento gostaria de completa um coisa que lembrei a questão do morador ou pessoa que construiu o lagos e tudo mais durante aquela visita do sábado que iríamos encontrar com você na parte da manhã e o horário foi mudado sem comunicação ao CADES e ficamos esperando e ocorreu só 14:00h, à tarde, tivemos a oportunidade de conhecer esta pessoa que você mencionou e inclusive em nosso dialogo, existia um acordo entre a empresa que está executando a obra e este morador pra que ele tinha um prazo, que (o pessoal de obra) estava aguardando ele (morador) terminar as escavações; tinha um combinado ali, que a empresa estava aguardando ele terminar as escavações para fazer um barramento em volta, estrutura de pedra; há um conflito na sua fala a sensação que eu tenho é que parece que ele ultrapassou os limites do que vocês estavam permitindo e agora ele começou a atrapalhar e vocês tiveram que barrá-lo”.

Maurício – “Na verdade assim, ele é uma pessoa extremamente difícil, ele já esteve na subprefeitura várias vezes falar com a gente, diz que é autor de um projeto, que protocolou um projeto na sub há tempos, na época do subprefeito Thiago, foi quando houve esse projeto nos lagos, ele colocou peixes nos lagos, porque ele diz que a partir do momento que se tem peixes nos lagos não se pode fechá-los. Daí ele fala que a empreiteira pediu para ele cavar, a empreiteira me ligou pedindo orientação do que fazer com a cara que estava cavando e estragando o serviço que está sendo feito, por isso eu chamei a GCM lá, eu ia multa-lo pois além de ser fiscal da obra eu sou coordenador da área de fiscalização, ele deve estar cometendo um crime ou uma irregularidade. No dia da visita, que deu aquele desencontro, ele estava lá, xingando as mulheres.” Completou dizendo que caso ele (cavador dos buracos) aparecesse lá mandaria a Ambiental ao local, autuá-lo. “Nós estamos fazendo a obra e ele está descaracterizando o projeto, pegando miniguias e colocando ao redor do lago”. Alegou que a citada pessoa pode ter um problema psicológico.

Marlene – Passa a palavra ao Mauro e André.

Mauro – “Esta discussão desse laguinho seria ter um relatório com propostas sobre a evolução da obra, para encaminhamento pois o tema está indo e vindo, para registro de informação é a terceira vez que há intervenção nesta praça, desde 2016 eu acompanho, precisa solução definitiva.” Discordou do Maurício ao afirmar que a questão sobre o córrego Água Espriada está sendo tratada sim, mais de 4 bilhões foram aplicados ara urbanizar a região de favelas. Citou também a obra do Rio Pinheiros, de limpeza mal feita, ao invés de canalizar todo o esgoto das comunidades, para não cair nos córregos, como previsto. Opinou que as obras dos lagos são ilegais, não tem como legalizar lago de peixes, por causa da legislação. Não acompanhou as obras que estão sendo feitas.

Marlene – “Esta reunião e tema foi sugerida justamente para definição para um encaminhamento; coloquei no chat uma sugestão de pedido de esclarecimento técnicos via oficio para SVMA, solicitando parecer técnico sobre a obra. O papel do CADES pode ser o de pedir um parecer para avaliação de possíveis impactos causados pela obra. Licenciamento ambiental é um pressuposto de obra, nós já solicitamos isso desde a última reunião, conforme a ata. Perguntamos e ainda não tivemos resposta. Isso é informação de ordem prática que independe da qualidade da obra. Achamos que as obras poderiam ser mais naturalizadas e menos impactantes.”

Marianne – “Só para complementar: esta obra está custando mais de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões), isso foi licitado por este valor. Olhando o que está sendo feito, é uma coisa que se pode vir a questionar, pois é muito dinheiro para uma obra que, a nosso ver, não está contribuindo ambientalmente para aquele local”.

Marlene – “Temos nossa crítica que deve ser levada em consideração visto, uma leitura não positiva.”

André – “Eu estou de acordo com a fala do Marcos, Marlene e Marianne, pois o poder público não para pra ouvir totalmente a população para ver o que será mais viável para que as coisas possam ser feitas da melhor maneira possível. Não tem a transparência necessária em sua plenitude, visto que não somos informados de planejamento, evolução e demandas que o governo local vem fazendo no território.” Lembrou que existem os conselhos, os representantes locais que precisam ser ouvidos, junto com a população em prol dos interesses de todos.

Marcos – “Eu queria muito brevemente perguntar para o Carlos, representante da Secretaria do Verde, o que a secretaria tem a dizer sobre este assunto, se de conhecimento da secretaria se tem algo em andamento, se propõe encaminhar alguma coisa, é um posicionamento importante, mais desde já sou de acordo com os encaminhamentos que a Marlene propôs, no âmbito do GT poderiam ser aprofundados, mas tenho acordo.”

Carlos – “Eu sou da Divisão de Arborização Urbana, não estou no gabinete e não acompanho tudo que está acontecendo na secretaria, não consigo te responder se a obra foi licenciada ou não. O que eu posso dizer no que eu conheço da legislação é que a nova lei de proteção da vegetação é todo o afloramento de água, nascente ou olho d’água que é permanente, ela é uma área de preservação permanente e toda a intervenção dentro da área de proteção permanente deve ser licenciada. Da mesma forma como se faz canalização de córrego precisa ser licenciado, intervenções em nascentes também precisam, conforme a legislação. O encaminhamento feito pela Marlene é correto, *fazer uma consulta porque vai ter uma manifestação da Coordenação de Licenciamento Ambiental sobre a necessidade ou não de estar licenciando a obra. Não consigo dizer nem tenho competência para falar sobre isso, mas o que eu conheço da legislação, a obra deveria ter sido licenciada. As intervenções, pelo porte, em tese seriam aprovadas como de baixo impacto, na maioria, licenciáveis em APP, sob condições: cuidados com obra, cuidados com as nascentes ou vegetação (não muito o caso) e o uso de materiais que geram impermeabilização também não é recomendável dentro de área de preservação permanente com licenciamento. Não falo pela Secretaria, não é minha área de atuação, o CADES deve encaminhar este questionamento, que vai para a Coordenação competente e os técnicos se manifestarão sobre isso.”

Marlene – Você com viável este parecer técnico da área com um todo, fauna, flora termos uma visão como um todo.

Carlos – Não sei se o pessoal vai ter condições de fazer isso, mas a manifestação quanto à necessidade de um licenciamento a secretaria pode se manifestar.

Marlene - E também em relação à qualidade das águas como nascentes, se são águas boas ou não.

Carlos – Em obras públicas o ônus desses levantamentos é da contratante, quando os contratamos obra de parque já é colocado verba para licenciamentos ambiental: fauna, flora, qualidade de água já estão inclusas nos contatos. Não há corpo técnico. Vale a pena uma consulta e verificar a exigibilidade de estudo ou não para essa área.

Marlene – Solicita fechamento do assunto.

Marianne – o Mauricio pode completar com informações, se teve os encaminhamentos dos licenciamentos.

Mauricio – Qual assunto você diz?

Marianne – A questão dos licenciamentos para intervenções nas áreas das nascentes. **Mauricio** – A licitação foi feita sem esse tipo de questão de licenciamento., pois a área não se apresentava como uma área de preservação ambiental, tanto que ela está como praça comum no cadastro.

Marianne – E uma vez não estando nas bases oficiais cadastrais oficiais do município, e partindo da premissa que se sabia da questão no local, havendo constatação e obras em conclusão, qual o procedimento para que a devida proteção passe a incidir sobre a área, não necessariamente precisa ser fechada, pois uma área de preservação permanente não exige isso, até porque ela estando em área urbana, é interessante as pessoas acompanharem o que existe ali. É uma ocorrência rara, como podemos (CADES) conduzir o tema para que o cadastro oficial possa ver feito, tendo em vista a importância de um sistema natural no território?

Carlos – Não sei até onde eu consigo responder, Marianne mas o que acontece muito com o cadastro na escala com que ele é feito, nós nos baseando a plantas da Emplasa, quando são boas são para 1:10.000 dez mil, então determinadas nascentes não estão mesmo mapeadas e a gente só consegue detectar isso em levantamentos cadastrais. Em processo de parcelamento de solo, processo de canalização, se existe um topográfico de toda a área, junto às vertentes, neste momento o topografo obriga-se a registrar as nascentes.”

Como relação a procedimento não tem jeito, toda vez que você executa, tanto poder público quando iniciativa privada (não há diferença), quando é feito uma obra ao arrepio da legislação ambiental são feitos termos de ajuste de conduta (TACs), como medida para eventuais danos causados, e quais as condições de restabelecimento das condições normais.

Marlene – Encerrou esta parte da apresentação do Maurício dizendo que ele apresentou o que foi solicitado pelo CADES e que fotos foram mostradas. “Nosso papel com CADES é justamente conduzir a parte ambiental que muitas vezes não são contempladas nos projetos”. Sugeriu encaminhamento do pleito junto à SVMA; um pedido de análise técnica, um parecer pensando na área como um todo, sobre o licenciamento ambiental e reconhecimento das nascentes.

Carlos – “Só um esclarecendo, Marlene, a legislação protege nascentes e olhos d’água da mesma forma, em área rural e urbana, não precisa da caracterização. O único ponto que precisa ser caracterizado é que sejam permanentes para serem preservadas, ao contrário das intermitentes, exemplo afloramentos provocados por chuva. No mais olhos d’água e nascentes são protegidos por lei”.

Marlene – Sugere a votação do encaminhamento feito. Pergunta se alguém não está de acordo.

Marianne – “Por mim pode ser feito esta oficialização, pedir os devidos esclarecimentos para que seja constatado o necessário e se for necessário fazer ajuste de conduta, se pudermos contribuir com algo no processo, ainda cabe nossa contribuição, e mais uma vez fica aqui que a Subprefeitura do Jabaquara deve inserir o CADES nestas discussões.”

Mauro – “Para mim tudo bem eu só queria seguir para podemos falar os outros temas.” **Luciano** – “Gostaria de formalizar que eles falaram que estão interagindo com os moradores, sugiro cadastro dos moradores que estão sendo falados, que seja constituída uma comissão e ter estes moradores como o Jô, o rapaz dos laguinhos, pois as vezes não tem ordenação das informações a respeito.”

Marlene – ressaltou as dificuldades da interlocução, tentada anteriormente e a falta de fala uniforme e diversa dos próprios envolvidos – usuários e frequentadores. Entende ser útil cadastro de alguns interessados.

Marianne – Eu queria colocar sugestão do “comitê de praças”, já existe a possibilidade dentro da legislação, inclusive se o Mauricio puder, informar os moradores, com participação do CADES no auxílio deste processo”.

Marlene – Destacou o instituto do Comitê de Praças como algo previsto em lei de 2015, de autoria do então vereador Nabil Bonduki. Trata-se de gestão participativa.

André – sim eu estou totalmente de acordo com o envio desse encaminhamento, que o poder público se envolva melhor com a população, com representantes legais, os conselheiros, para não manipular os dados e planejamento e que isso veja evitado de uma vez para a evolução da cidade.

Mauricio – “Vou entrar em outra agenda estou disponível para esclarecer todos os itens para vocês via e-mail. Caso o CADES deseje indicou que responderia a quaisquer questionamentos por e-mail”.

Passou-se ao ponto de pauta “Visita da obra da Genaro de Carvalho”

Marlene – “Vou compartilhar umas fotos que o Mauro compartilhou há pouco uma série de pontos da visita, eu tenho o principal interesse na questão da arborização lá.”

Mauro – “Eu fiz uma avaliação preliminar pela minha associação, a visita técnica ocorreu no dia 28/06/2024 às 11:00 ao meio-dia– contou com a presença do Subprefeito Roberto, coordenador local Ricardo e os Conselheiros da Sociedade Civil – Marlene, Mauro, Gustavo, Walkiria, Luciano e Warlen. As obras se iniciaram em dezembro de 2023 investimento estimado em R\$ 6.000.000,00 (6 milhões de reais).

André - Corrigindo o investimento foi aumentado por conta do muro de contenção foram adicionado mais R\$ 1.500.000,00 (um milhão e meio), atingindo o valor de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e meio), só para alinhamento.

Mauro – Descreveu o espaço e sua área: quadra de futebol oficial, futebol Society com piso sintético, quadra de basquete, 2 quadras de areia, área de lazer coberta, playground, pista de caminhada, área multiuso coberta, cachorródromo, academia de terceira idade. Questionou o estacionamento. Completou dizendo que há necessidades de um farol e faixa de pedestre junto à Rua Cidade de Bagdá com a Genaro de Carvalho, proteção junto ao final da rua Cidade de Bagdá. Questionou a qualidade das mudas plantadas e a rega, visto que as que se apresentavam ano local estava secas e possivelmente mortas.

Sugeriu que se colocasse grama na encosta que faz divisa com o córrego Águas Espriadas, reforça o muro de contenção do terreno, alertou para a possibilidade de erosão e assoreamento do córrego. Sugeriu não se ter estacionamento interno.

“Aproveitando a visita o Eco ponto próximo, foi constatada a falta de limpeza no terreno ao lado, há lixo, lembrando que os funcionários não ajudam no descarte dos itens levados lá assim deixando as caçambas altas, em uma altura desproporcional para que utiliza o espaço com risco de queda dos moradores.”

Marlene – vocês viram as fotos que compartilhei na tela?

Todos – Sim

Marlene – “Eu gostaria de chamar a atenção para alguns itens visto lá, tais como solo exposto; questionado sobre isso fomos informados que não tinha verba para isso; seria interessante uma ação de paisagismo para além da grama. (herbáceas, arbustivas para a biodiversidade). A questão do TCA: muitas mudas mortas por lá, falamos também a captação de águas pluviais como uma ação futura, aventado uma cisterna para captação. Há problemas de drenagem, taludes desnudos, sem vegetação, esta terra toda pode descer e assorear o córrego, na iminência de chuva forte. O muro de divisa com o córrego pode ter problemas estruturais. Há necessidade de fiscalização da SVMA sobre o que está plantado lá como TCA. Não foram localizadas muitas torneiras, a água encanada está mais perto dos banheiros, na frente.

No mais, não opinamos sobre as estruturas de lazer, projeto pronto não havendo a possibilidade de poder contribuir.”

Marianne – “Este projeto não chegou a CADES, pois foi sugerido pelo Conselho Participativo Municipal – CPM, tendo uma falta de comunicação e interlocução entre os conselhos, deixando claro que não houve uma interlocução, não existe tentativa de integração com o governo local. As vistas não puderam ser feitas com dois conselhos juntos, deixando isso bem claro.

Foi aqui colocado em pauta que devíamos está junto para acompanhar.”

André – “Confirmando o fala da Marianne foi isso mesmo que aconteceu o CPM foi primeiro e posterior o CADES veio pronto para aprovação pois iríamos perder a verba. Como será um projeto que irá contemplar a população? Por isso contribuir com a aprovação, não tínhamos tempo. Da verba do CPM de 2024 foi retirado 1 milhão e meio para contenção dos muros, total 7,5 milhões em todo o projeto.”

Carlos – “Bom esta é uma área que nos plantamos ao entorno dessa área ano passado e estávamos cobiçando muito ela para plantio, pois ela está muito degradada e o projeto em sim é muito interessante, perguntei para o Bonilha (Subprefeito) quem irá fazer a gestão dessa área não está definido ainda. Pois precisamos pensar sobre intervenção lá e talvez na questão do plantio seja o mais rápido possível enquanto a gestão está com a Subprefeitura, pode ir pra Secretaria de Esportes, que pode ceder áreas para entidades, como tem feito.

Em termo de área para arborização não sobrou muita coisa no que diz respeito a espaço, pois o plantio mais perto do muro ali foi muito denso, mas como tem a obra de refazimento do muro as áreas que nós havíamos solicitado para plantar, que seria mais acompanhando o muro, acabou que não pode ser plantada e eles acabaram distribuindo as mudas em outras áreas verdes dentro da unidade.

Então nós tivemos uma segunda visita semana passada para dar uma olhada para ver o que podemos fazer nas áreas remanescentes e disponíveis dentro do espaço para arborização para desenhar uma

proposta inicial para junto do CADES discutir para esta implantação.

Não temos no escopo do nosso contrato uma diversidade grande, somente árvores e forração para plantio no pé das árvores, basicamente leguminosas, o que ajudaria nutrição da árvore, como anil de jardim, grama amendoim. Devido a histórico de terreno e por estar socado as leguminosas poderiam ajudar a recuperar o solo. Até o pedaço do barraco até o muro podemos ir plantando e enriquecendo. Ali neste espaço que vocês viram foram a junção de duas obras a parte da área de lazer e contenções de gabiões junto ao córrego, parte da compensação vem da obra perto do córrego. Vão fazer retaludamento da parte de trás até o córrego e plantio de grama para contenção. Ao término da obra, conseguiríamos arborizar. Atrás do Ecoponto já plantamos, mas podemos enriquecer após término da obra”.

Marlene – “Há uma preocupação sobre a densidade da área arborizada, o espaçamento das arvores, está muito próxima, sem espaço para se desenvolverem”.

Carlos – “Sim foi optado pelo menor possível, menor que reflorestamento dois por dois”.

Marlene – “O Subprefeito nos disse para provocar a SVMA, pois esse controle não seria com eles”.

Carlos – “Na verdade não é que eles não tenham obrigação de fazer manutenção, no contrato de termo de compromisso ambiental – TCA - quando é precificado a muda, já é precificada a manutenção por 2 anos”. Acrescentou que nos contratos de manutenção de mudas mantem- se por 3 anos (36 meses), a rigor têm obrigação, mas não isso não se aplica ainda aos TCAs. Ainda não se avançou em um protocolo de acompanhamento, com relatórios semestrais, que deveriam ser entregues. Esclareceu que a base dos contratos de plantio vem da experiência com TCA, que é a periodicidade com que se faz o acompanhamento, hoje nas áreas livres a periodicidade no primeiro ano é de 3 meses no 1º ano e 4 meses no 2º ano. O ideal seria isso também ser previsto no TCA. Em área pavimentada, calçada, a periodicidade é de 2 meses no 1º ano, 3 meses no 2º ano e cada 4 meses no 3º ano. Verifica-se se a arvore precisa de refazimento do tutoramento, rega, mandar caminhão pipa, poda. Isso está no preço da muda, quantificado.

Para liberar a obra é feito um recebimento parcial, SVMA deve ir na obra emitir relatório e eventuais mudas mortas, solicita-se a substituição. Por falta deste protocolo de acompanhamento, só no final desses 24 meses que a SVMA volta, o que permite que ao final do período, vá-se uns dias antes, verificam-se as mudas mortas; o técnico verifica e dá o aceite da obra. Este tem sido o procedimento por falta do protocolo.

“Do ponto de vista de paisagismo está horroroso, vocês viram lá (a área da obra Genaro), além da qualidade da muda não está havendo intenção alguma pela distribuição, pode ser corrigido com arborização. Havendo caminhos pode-se vincular a arborização a estes, como feito na ALAE (Área de Lazer Águas Espraiadas), podemos fazer a correção ao longo dos caminhos com arborização com bloco de espécies, com floradas diferentes, funções diferentes para as árvores, para atrair e alimentar a avifauna como beijar flores e tendo uma melhora no pouco de vista de paisagismo e ambiental também, diversidade e intenção. Pode-se trabalhar com palmeiras, importantes do ponto de vista ecológico, com espécies da mata atlântica disponíveis em viveiros, estamos plantando em avenidas e marginal, com bons resultados. Podemos fazer “uns rabiscos”, não prometo, mas é para entender como vai ficar. Tenho a planta e começaremos a conversar, adequando o projeto. Tirei fotos, tenho a planta das estruturas, posso tentar rabiscar algo, se der certo implantaria mês que vem com a equipe. Setembro estarei em planejamento e volto a plantar em outubro.

Marianne – “Eu não estive na visita da Genaro de Carvalho. Gostaria de entender, o total de mudas plantadas corresponde ao total de mudas previstas e estipuladas para ação, estão completas, pelos 2 TACs que você mencionou? “

Carlos – “Sim, são os 2 TACs, completos”.

Marianne – “Sobre a questão da responsabilidade, comum em empreendimentos privados, com rega com caminhão pipa para regar para períodos de muita seca, rever adubação e emitir relatórios, ia mencionar se existe obrigação de acompanhamento dentro da municipalidade, mas você respondeu”.

Carlos – “Sim, tem essa obrigação, mas não tem protocolo. Posso levantar o número dos 2 TCAs E eventualmente envolve-se a Câmara de Compensação. O licenciamento define o tamanho da

compensação, depois vai para a Câmara de Compensação, para estabelecer como será a compensação: em plantio, em conversão ou doação de mudas, a partir do impacto: retira-se quantas árvores e com qual diâmetro e DAP. Estabelece-se um número de mudas para compensar, vai para a Câmara que valida. O plantio pode ser feito em parques, por questões de espaço, a exemplo do Parque do Cordeiro.”

Então poderíamos provocar a Câmara de Compensação a estar acompanhando esta substituição.

Marlene – “Em termos práticos a gente oficia esta Câmara?”

Marianne – “Carlos explica para gente o que é esta Câmara de Compensação?”

Carlos – “A Câmara de Compensação é inspirada na mesma Câmara de Compensação do Estado é um colegiado dentro da Secretaria do Verde em que vai discutir como será feito a compensação de um dano; eu te falei no licenciamento a gente avalia do dano, teoricamente, mas terminou aprovou o projeto, a gente quantifica quantas árvores serão retiradas o diâmetro médio disso e tem um tabela de compensação aí o processo sobe para Câmara com a quantidade de mudas para compensar aquele impacto e a Câmara se reúne que são os coordenadores e diretores de departamento, ai será discutido com será feita esta compensação eu vai ter gente GCPAB, mas também diretora de projetos. Seria importante ouvir as Subprefeituras sobre os impactos e qual a demanda da compensação, questionando onde serão plantadas as mudas de compensação. Ex. Jabaquara tem programa de proteção de nascentes... poderíamos pegar esse recurso e colocar em ações de tal programa. Esse dinheiro não passa pelo poder público, é um recurso, coloca-se um escopo, chamado Termo de Referência, e isso é responsabilidade do empreendedor contratar projeto e a SVMA só recebe o projeto. Pode ser aplicado em parques e áreas verdes, como o Cordeiro”.

André – “Foi de extrema importância este esclarecimento. No CEU Caminho do Mar eu não vejo esta manutenção e tudo que foi dito. Na própria calçada há árvores mal tratadas, tanto interno como externo. Há muitas danificadas sem reposição”. Citou mais alguns exemplos de descaso com arborização.”

Carlos – “Existem duas coisas e nós precisamos separar, infelizmente para o munícipe é difícil ver isso, mas tem competências divididas, tem coisa que SVMA faz e coisas que subprefeitura faz como relação a arborização. A SVMA planta árvore e faz manutenção das mudas plantadas, até 36 meses. A Subprefeitura ainda planta, discutindo para isso não ocorra mais e a cada remoção nós plantamos por que não está previsto no contrato da subprefeitura a manutenção por três anos. Cortada uma árvore a empresa planta outra muda e vai embora, se a muda viveu ou morreu tanto faz. Infelizmente o contrato está assim atualmente, ideal seria o plantio vir para a SVMA, que faria o plantio compensatório e mantém por 36 meses.” Falou dos plantios do CEU, que não plantou na Armando Arruda, foi a Subprefeitura. Dentro do CEU a SVMA plantou, não faz mais manutenção porque já expiraram os 24 meses do plantio feito.

André – Desculpe interromper, mais está tendo sim plantio novo, de menos de 1 ano.

Carlos – “Então não deve ser plantio nosso deve ser plantio compensatório da obra. No CEU Caminho do Mar plantamos somente no talude ali perto do bosque e damos manutenção a cada dois meses, fizemos até ano passado, fechamos os 2 anos. Vamos separar as coisas.” Em seguida complementou com algumas informações práticas sobre substituição de mudas e replantio.

Mauro – Citou sobre obras de Operação Urbana e Monotrilho, desapropriações e ausência de projeto de moradia e equipamentos para definir plantio. Estas informações trazidas pelo Carlos são importantes, o CADES precisa ter acesso a este material para não ficar só nas palavras, pois aí temos condições de esclarecer os moradores”. Acrescentou que seria necessário o plano da subprefeitura sobre as metas de sustentabilidade no território para acompanhamento. Sugeriu grupo de trabalho.

Marianne – “O grupo de trabalho já existe”.

Mauro – “Eu sugeri o grupo de trabalho sobre acompanhamento dos 17 ODS e metas no Jabaquara.”

Carlos – O plano de arborização não existe para o Jabaquara, mas está previsto no PMAU os planos regionais de arborização urbana, ação Planos Regionais para 32 Subprefeituras, será detalhado por distrito, com levantamentos e isso vai ser após o inventário (será licitado até o final do ano) e com base no inventário – 1 ano para isso – e serão feitos os planos regionais. Neste campo pode ser grande a atuação dos CADES.

Marlene – Destacou a importância deste assunto de arborização por conta das supressões, sendo necessário fazer este planejamento. E necessário questionar a Câmara de Compensação sobre as mudas da Genaro, com necessidade de reposição.

Carlos – “O caminho melhor seria encaminhar para o Secretário e ele encaminhar para a Câmara de Compensação.”

Marlene – “Sobre o outro item de pauta, material gerado com podas, podemos alinhar melhor quando tiver o representante da sub. Idem pauta planejamento e metas da Subprefeitura para o Meio Ambiente”

Marcos – “Eu pedi para o tema entrar na pauta pois teve um fato novo ao longo deste mês e gostaria de compartilhar aqui sobre o conjunto de eucaliptos, que oferece risco para o entorno. Sobre este tema há mais de vinte anos na gestão municipal sabe o que deve ser feito, o fato novo no mês de junho a gente da escola fez um ofício para subprefeitura sobre o caso, para marcar uma reunião. O fato novo foi que no mês de junho caiu um galho de grandes proporções lá, salvo engano com comprimento de sete metros, para nossa sorte caiu no barranco e não havia gente próxima; esta notícia da queda do galho virou um novo ofício, datada de 10, ou 11/07, para a DRE. Peço esforço para reunir os interessados para encaminhamento. “

Carlos – “Vamos começar pelas boas notícias: nós conseguimos uma brecha na agenda e vamos nas próximas 2 segundas, 22 e 29/07 na EMEI para conclusão do levantamento. Infelizmente eu já disse isso e vou retomar, por que isso demora, não é minha competência de área eu conheço a problema e como técnico não posso me manifestar, minha atribuição dentro da SVMMA é contrato de plantio e fiscalizar, nas metas dadas, fazendo com qualidade (35mil mudas/contrato e 536 locais de plantio/mês). Isso impacta no nosso tempo, organizar algo fora do escopo de trabalho não é fácil, não se resolve em uma ida. Precisa levantar DAPs e cumprir protocolos. Nenhum colega de Subprefeitura irá autorizar a retirada desses eucaliptos sadios, sem um respaldo por trás disso. Ele pode sofrer uma ação do Ministério Público se retirar árvore sadia. Todo o escopo que temos será poda, não que não tenhamos consciência disso mais não podemos, não respaldo legal para remoção de arvore sadia. Sabemos dos riscos oferecidos pelos eucaliptos.” Citou casos similares na Cidade Ademar, sobre poda de eucaliptos e não remoção. O CADES pode fazer análise de um plano de manejo mediante um protocolo existente e a condução seria via CADES Central.

Marlene – “Este assunto pode ser atribuído para GT de Arborização e Horta para que o acompanhamento seja feito.”

Carlos – “Confirmando os dias que estaremos lá, este tema sendo tratado até com referência para que podemos mudar, dados os riscos envolvidos pela inadequação de eucaliptos na arborização urbana.”

Marcos – “Não é uma questão pessoal, admiro-o como profissional, trato do tema de forma institucional, também sou cobrado sobre a solução desse impasse. Acho que se a gente tivesse avançado mais dentro dos combinados, como a reunião com a Subprefeitura, estaríamos em outro estágio. Não gostaria de um dia ter que responder a seguinte pergunta, “mas Diretor você fez o que?” diante de algum fato danoso. Se um dia esta pergunta foi feita eu vou dizer aquilo que fiz com consciência tranquila seja para qual esfera for.”

Carlos – “Precisamos neste momento provocar o tema para subprefeitura inclusive até o sub pode fazer a retirada sem o laudo técnico. Meu receio é mais estratégico mais que isso não vire um impasse entre as partes”. Reiterou a importância da reunião com a Subprefeitura, em discussão e alinhamento técnico para tramitação dos laudos. Alegou que o Subprefeito pode autorizar a remoção sem parecer técnico pela legislação. O tema dos eucaliptos envolve riscos, mas não se encontra uma situação fácil para a solução, ainda mais via poda, que aumenta o risco de queda, no caso. Precisamos encaminhar via cobranças, do Carlos pelo levantamento, o Bonilha para a reunião, sem conflitos. Essa é a minha preocupação e entendo sua angústia.” **Marianne** – Comentou que pode acionar Bonilha e Ricardo no sentido de fazer a reunião, com o fato da queda do galho grande.

Marlene – Encerra a reunião.

Lavraram esta ATA do Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz do Jabaquara – CADES-JA, o Secretário Luciano Matias e a Secretária Marlene Emilia Bicalho dos

Reis Martins.



RICARDO ROMERO PRIETO
COORDENADOR

Em 16/09/2024, às 15:13.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **110634619** e o código CRC **3DD1084D**.
